



750

AValiação Na Pré-Escola: Possibilidades E Desafios No Município De Rio Verde-Go

Barbosa, Ivone Garcia¹ (UFG)

Arantes, Liduína Vieira² (UFG)

GT 5 - Educação Infantil

Resumo

Este trabalho realizado para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Infantil, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), tem como objetivo investigar as finalidades da avaliação na pré-escola, analisando os desafios encontrados nos registros avaliativos elaborados nas instituições, de modo que sejam registros dos processos vivenciados pelas crianças de 4 até 6 anos. A pesquisa "Avaliação na Pré-Escola: possibilidades e desafios em Rio Verde" integra o projeto "Políticas públicas e educação da infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (Nepiec/FE/UFG). A metodologia de pesquisa cotejou uma investigação de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, abrangendo um levantamento de produções consideradas significativas, para a área educacional, em especial para a Educação Infantil. Também foi utilizada a investigação documental, tomando-se por base leis nacionais, documentos e registros avaliativos da cidade de Rio Verde, município em que desenvolvemos as ações de pesquisa. Constatou-se que a educação infantil é uma etapa cuja progressão é automática, percebe-se que podem acontecer equívocos dos profissionais sobre a necessidade ou não de se avaliar as crianças. O texto apresenta resultado da análise sobre o portfólio, como um dos registros possíveis na Educação Infantil e conclui sobre a importância de um olhar atento, interpretativo e investigativo do professor, garantindo uma avaliação segura do grupo e de cada criança que está sob sua responsabilidade, bem como de cada criança. Necessário, ainda, que seja realizada com base na avaliação, uma autoanálise de seu trabalho, cuja reflexão possibilite a transformação de sua prática pedagógica, como objetivo de estabelecer relações de respeito, nessa etapa vivida pelas crianças, nas instituições infantis.

Palavras-chave: Criança. Professor. Avaliação. Portfólio.

Introdução

1 Ivone Garcia BARBOSA, Profa. Dra. Em Educação

Universidade Federal de Goiás (UFG), Nepiec, E-mail: ivonegbarbosa@hotmail.com

2 Liduína Vieira ARANTES, Profa. Ms., Mestranda em Educação

Universidade Federal de Goiás (UFG), Nepiec, E-mail: lidu_arantes@hotmail.com



751

Quando pensamos em avaliação, por vezes, esquecemo-nos de que avaliamos e somos avaliados o tempo todo. Avaliamos o modo como as pessoas expressam suas opiniões, como se comportam socialmente, como estão vestidas, o jeito do cabelo ou as olheiras de uma noite provavelmente mal dormida, enfim, avaliar e ser avaliado faz parte do nosso cotidiano. Mas, e a avaliação educacional? Como fica a emissão de julgamentos? Estamos preparados para avaliar as crianças? Avaliar com qual finalidade?

Muitas dessas inquietações permeiam esse trabalho, no sentido de ampliar esse debate tão importante e desafiador para a educação de crianças de 0 até 6 anos de idade, afinal, elas são seres sociais em pleno processo de formação, cabendo a nós, adultos, assumirmos a responsabilidade de auxiliá-las para que possam se desenvolver integralmente, como está previsto na própria LDB em seu artigo 29º

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL,1996, p.89).

As instituições educacionais que atendem as crianças de Educação Infantil, mais do que nunca precisam assumir esse papel. Nesse sentido, é necessário pensarmos sobre a necessidade de uma avaliação educacional que auxilie perceber os avanços das crianças nos seus processos de aprendizagem e de desenvolvimento.

Em qualquer nível de ensino e em qualquer de suas modalidades ou especificidades, a avaliação educacional sempre é um tema que desperta grande interesse dos profissionais que têm consciência de sua responsabilidade social e profissional no acompanhamento das crianças de forma coletiva e individual. Desta forma, utilizam a avaliação como uma ferramenta pedagógica que possibilita o acompanhamento do desenvolvimento infantil e a reflexão sobre a ação do professor e da instituição no projeto educativo das crianças.

A avaliação é um processo complexo e quando nos propomos discutir a prática avaliativa, devemos lembrar de que cada professor carrega consigo suas próprias concepções acerca da educação, das crianças, enfim, sobre a própria vida. Isso não significa que as concepções dos professores não sejam passíveis de mudança, mas que elas interferem na forma como constituem o trabalho pedagógico e as interações com as crianças. Percebemos que o poder de avaliar nunca incomodou tanto, levando muitos professores a participarem de



752

debates envolvendo este tema, preocupados com os julgamentos errôneos que podem emitir sobre as crianças, como afirma Hoffmann (2014).

Nesse processo, o uso de registros avaliativos na Educação Infantil, nos chama a atenção. Por meio destas análises ficam algumas indagações que nortearam essa pesquisa: que tipo de registros são utilizados na avaliação dos processos, na Educação Infantil, sobretudo na Pré-Escola? Eles permitem um redimensionamento da ação pedagógica? Quais são os desafios e possibilidades do registro avaliativo da aprendizagem na pré-escola no município de Rio Verde a partir do olhar investigativo do professor?

No intuito de responder a esse conjunto de questões, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, abrangendo um levantamento de produções consideradas significativas para a área educacional, em especial para a Educação Infantil, além de uma investigação documental. Neste caso analisou-se por amostragem, relatórios descritivos do ano de 2015, de crianças da Pré-Escola da Rede Pública Municipal de Rio Verde, por meio do SIEM (Sistema de Informatização das Escolas Municipais), projetos políticos pedagógicos das Escolas Municipais de Educação Infantil deste mesmo município, pastas contendo atividades bimestrais das crianças e a legislação nacional e local.

Buscando aprofundar o estudo sobre a intencionalidade pedagógica ao avaliar as crianças da Educação Infantil, nos identificamos com alguns autores cujas pesquisas e reflexões têm contribuído muito com os debates sobre avaliação, como Hoffmann (1996, 2006, 2012); Zabala (1998); Ostetto (2012); Guimarães (2014); e os documentos que norteiam a avaliação das crianças nos âmbitos legais (BRASIL, 1996, 1998, 2008, 2009, 2010).

Espera-se que esse trabalho contribua com os diversos atores da comunidade escolar, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, demais profissionais das escolas e familiares, bem como todos os que buscam novos caminhos e olhares sobre a avaliação.

Desenvolvimento

A avaliação ao longo da história da educação brasileira foi realizada pelos professores, por meio da atribuição de notas, com o objetivo de promoção a outros níveis de ensino, retenção ou seleção dos alunos. Nessa perspectiva, a análise de dados históricos sobre a escola e seu cotidiano mostra



753

que esta forma de avaliar o desempenho de crianças no domínio de alguns conhecimentos conduzia-as a uma situação de injustiça, definindo o destino de cada uma delas, sem chance de modificarem sua trajetória escolar. Dessa ótica, afinal, acreditava-se em uma única forma de ensinar e se o aluno não aprendia era porque não estaria apto para avançar nas séries seguintes, ficando retido até “aprender” o que era “ensinado” (HOFFMANN, 2013).

A partir de intensos debates e pesquisas envolvendo esse tema ficaram perceptíveis nos documentos oficiais e orientadores, inúmeras distorções ou confusas interpretações sobre o ato de avaliar (BRASIL, 1961; 1971). Na contraposição de uma vertente tradicionalista em avaliação, esta começou, sobretudo após a década de 1980, a assumir um lugar no caráter investigativo da ação educativa, considera, então, uma prática constante e necessária não só para descobrir o que os alunos sabem, mas também para que o professor se autoavalie e se necessário, modifique sua prática pedagógica.

Quando superamos os modelos de avaliação que historicamente demarcaram a Educação Infantil, permitimos visualizar a avaliação como uma ferramenta imprescindível que permite um olhar reflexivo, coletivo e individual dos professores e gestores. Por esta ótica, o objetivo principal é de encontrar caminhos para avançar, por meio de intencionalidades pedagógicas, ao máximo os domínios intelectivos, afetivos, físicos, sociais, estéticos e éticos de todas as crianças.

É importante enfatizar que as práticas educativas precisam assegurar processos de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças de modo que elas sejam respeitadas como sujeitos de direitos e possam vivenciar uma infância plena, por meio das interações e brincadeiras, sem o compromisso de serem preparadas para o Ensino Fundamental, respeitando não só a criança, mas também a própria legislação em vigor, como contempla a LDB em seu artigo 31, inciso I: “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 2013).

Tal defesa é importante, para contrariar a tendência de se criar expectativas alfabetizantes, de forma que se pressionem as crianças de 4 a 6 anos de idade a lerem e escreverem de modo destituído de significados e sentidos dados pela própria criança, obrigando-as a assumir tais tarefas como obrigações inadiáveis.



754

Com os novos rumos traçados para a avaliação na Educação Infantil fica evidente a necessidade de um novo olhar para as crianças, incluindo o acompanhamento e o registro do dia a dia em sala de aula, sem perder, no entanto, seu verdadeiro propósito. Segundo Hoffmann,

A avaliação em Educação Infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil, de reflexão permanente sobre as crianças em seu cotidiano como elo da continuidade da ação pedagógica (HOFFMANN, 1996, p.49).

As próprias Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) trouxeram novas dimensões ao currículo contemplando as experiências e saberes na educação infantil para todas as crianças, inclusive as indígenas e quilombolas, trazendo a criança como centro do processo e como sujeito de direitos. O professor passou a ser visto como um profissional cuja preocupação não é somente em como vai ensinar, mas aquele que deve conhecer como cada criança aprende.

Em Rio Verde, município goiano onde atuamos como professora, as discussões nesse campo começaram a avançar, depois da formação de um grupo de estudos com professores, que compõem a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Coordenação Pedagógica das Instituições Infantis. Este município se destaca como um dos pólos brasileiros, no que diz respeito à economia, mesmo assim, ainda conta com muitos entraves. Um deles se trata das escolas que atendem a Educação Infantil, pois devido ao grande aumento populacional, com a vinda de muitos migrantes. Em busca de emprego na agroindústria, faltam vagas e os recursos destinados a essa etapa de ensino são insuficientes para construir mais unidades escolares e terminar as que já estão em construção.

O município conta com 14 creches municipais, algumas foram recém construídas e contam com um espaço físico adequado, porém, atualmente, apenas duas atendem também crianças da pré-escola. As demais crianças são atendidas nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e nas Escolas Municipais Rurais de Ensino Fundamental (EMREF). As EMEI, que por serem escolas de Educação Infantil também deveriam atender as crianças em espaços adequados a idade, funcionam em casas adaptadas ou locais inadequados, com salas de aula pequenas e pátios



755

improvisados, em sua maioria.

Quando observamos as concepções de avaliação nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e os relatórios avaliativos bimestrais das crianças no município de Rio Verde, mais inquietações surgiram sobre esse instrumento de acompanhamento pedagógico. Identificamos que este instrumento não permite ao professor uma reflexão crítica sobre sua prática, dificultando o redimensionamento da ação docente, muito menos um acompanhamento por parte dele e das famílias, no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual, físico, psicológico e social das crianças (LIMONTA, 2011).

Neste sentido, reafirmamos a importância dessas reflexões sobre a temática avaliação para que práticas inovadoras fiquem bem alicerçadas, fortalecendo a necessidade do registro como uma prática que pode e deve acontecer de diferentes formas, sendo relacionada com os princípios de aprendizagem que se adota e com o esclarecimento para toda sociedade sobre a verdadeira função que ocupa a Educação Infantil no desenvolvimento das crianças de 0 até 6 anos de idade.

Hoffmann compara o registro avaliativo com o registro médico quando diz que:

Todo médico faz muitos registros sobre o que observa nos pacientes ao examiná-los, tal como se vale de outros instrumentos, para além da observação clínica, para chegar a um diagnóstico. Testes laboratoriais, radiografias, prontuários médicos e outros dados constituem instrumentos imprescindíveis à sua avaliação clínica. Também em sala de aula, a observação diária dos alunos é parte natural do processo, e essas observações precisam se transformar em dados confiáveis em termos de seu acompanhamento. Não é possível guardar na memória, o que se observa de cada aluno ao longo do processo [...] (HOFFMANN, 2014, p. 135-136).

Ao fazer os registros avaliativos o professor precisa ter muito cuidado para que eles não se tornem relatos de observações esporádicas e superficiais, com base em listagens de comportamentos sem significados, já preestabelecidos por uma equipe de supervisores, onde dificilmente podem ser compreendidos os verdadeiros avanços ou dificuldades das crianças (HOFFMANN, 2006). Essa prática era muito comum nos registros tradicionais, tais como os boletins que sempre tiveram um caráter pouco elucidativo.

Após a análise documental de alguns tradicionais registros avaliativos que fazem parte de um acervo histórico da família de professores do município de Rio Verde, percebemos a ausência de informações mais claras sobre o desenvolvimento das crianças. Os conhecidos boletins têm um caráter pouco



756

elucidativo, trazendo apenas notas ou conceitos, com o objetivo de medir e classificar a aprendizagem das crianças, dificultando o acompanhamento de quais foram os caminhos percorridos por elas.

Por outro lado, podemos perceber que há uma intencionalidade pedagógica nessas fichas avaliativas, quanto ao acompanhamento bimestral das crianças. Embora tal documentação, em alguns casos, aborda mais os aspectos de conduta, impossibilitando outros aspectos de seu desenvolvimento; em outros, ficam evidentes os aspectos cognitivos relacionados a conteúdos e disciplinas, sem condições de descrever quais dificuldades foram apresentadas pelas crianças ou o que ele fez para auxiliá-la; em outros, é possível notar ainda que procuram ampliar o registro, com o acompanhamento dos componentes curriculares e aspectos comportamentais.

Neste contexto histórico, quando a criança tinha notas ou conceitos baixos, a culpa era exclusivamente dela por não ter assimilado o conhecimento da forma que foi transmitido; ou ainda, por ela não se “comportar direito”. Neste caso, em momento nenhum o professor era questionado por realizar as avaliações altamente padronizadas e nem sequer ele próprio fazia uma autoanálise de sua prática pedagógica ou questionava as seculares normas das instituições.

No município de Rio Verde, a cada final de bimestre, os professores da pré-escola têm como uma de suas atribuições, fazer o registro avaliativo individual das crianças, em forma de relatório descritivo, no Sistema de Informatização das Escolas Municipais (SIEM). Ao analisar alguns desses documentos, percebemos a necessidade de travar um diálogo pedagógico sobre essa prática, de forma que as marcas deixadas nesses registros, realmente retratem uma história vivida pelas crianças Ostetto (2012), deixando de ser tão superficiais e conseqüentemente, sem sentido.

Discutindo com os professores em reuniões mensais realizadas na SME, verificou-se que estes utilizavam algum subsídio para fazerem o registro avaliativo das crianças no SIEM. Nas reuniões pedagógicas, conversamos com a equipe técnica da SME e coordenadores pedagógicos das unidades escolares que atendem a pré-escola, e eles relataram que poucos professores têm o hábito de relatar acontecimentos do dia no final dos planos de aula, para auxiliar a memória pedagógica. Disseram que tais registros se tratavam de relatos superficiais



757

e generalizados do grupo, o que dificultava o relatório individual ao final de cada bimestre.

Conversamos também, sobre como eram organizadas as atividades das crianças e, chamou-nos atenção o fato da maioria dizer que eram feitos portfólios. Contudo, ao trazerem para o grupo de estudos algumas dessas documentações pedagógicas, a que intitulavam de “portfólio”, observamos que se tratava de uma coletânea das atividades em folha realizadas pelas crianças no decorrer do bimestre, organizadas em pastas e entregues ao final de cada bimestre para as famílias.

Sabemos que é impossível o professor se lembrar de tudo que todas as crianças fazem. Por esse motivo, Hoffmann (2013), salienta que é muito importante que o professor lance mão de registros diários, que possam dar subsídios para que ele perceba e reflita sobre os diferentes e singulares caminhos de cada criança, observando sua evolução, ao mesmo tempo em que a retira do anonimato dos números. Estes registros avaliativos são necessários para o professor planejar suas atividades diárias e possíveis intervenções pedagógicas.

Nas palavras da autora citada:

[...] a observação exige sistematização sob a forma de registros significativos que irão reorganizar-se, refazer-se no relatório semanal de avaliação. De onde a criança partiu? Quais foram as suas conquistas? Que caminhos percorreram para fazer tais descobertas? Quais as suas perguntas, dúvidas, comentários? Como surgiu diante de conflitos emocionais ou cognitivos? Qual o papel do professor nesses diferentes momentos? Essas e muitas outras perguntas fazem parte do processo avaliativo no cotidiano. Respondê-las e /ou refletir sobre elas representa exercitar o olhar sobre a criança em desenvolvimento. A observação, a reflexão teórica e a intervenção pedagógica são ações avaliativas que, articuladas, acabam por configurar-se nos relatórios de avaliação (HOFFMANN, 2006, p.67).

A família e os profissionais da educação muitas vezes têm dificuldade de analisarem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças justamente por não terem uma observação cuidadosa. Considerando esse aspecto, Ostetto (2012), reafirma a importância dos envolvidos terem no processo formativo um olhar atencioso sobre as crianças, para que possam observar e escutar, nas entrelinhas, o que aquelas podem contar.

Intitulamos de portfólio a coletânea de todos esses registros elaborados pelos professores, que vão se constituindo como uma importante documentação não só das crianças, mas também do docente. O portfólio pode garantir ao profissional uma memória pedagógica consistente, para as suas reflexões, proporcionando um encontro com ele mesmo, com suas



758

próprias dificuldades, angústias, percebendo melhor a si mesmo e às crianças, sendo possível (re) organizar e (re) construir suas ações.

Nessa vertente, o portfólio precisa partir, de um olhar atento e investigativo do professor, na dinâmica do grupo, em relação às ações, reações, interações, proposições das crianças e dos professores (OSTETTO, 2012), utilizando diferentes recursos, tais como: anotações, descrições, fotografias de momentos-chave, registros de áudios e vídeos, entre outras coleções de produtos e de construções feitas pelas crianças.

De forma análoga, em palestra durante o IV Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação Infantil (2015), Barbosa³ reafirmou a importância e necessidade de se assegurar a participação das crianças e famílias no processo de constituição dos portfólios nas instituições de Educação Infantil. É possível dizer que esse procedimento indica a legitimidade ao processo de ensino e aprendizagem, confirmando, comunicando e coletando fatos relevantes. Depois de organizados tais dados, os professores, que nesse caso atuam como se fossem a “memória do grupo”, podem discutir com as crianças o resultado de toda essa documentação, permitindo que elas recordem os momentos vivenciados, relembrem percepções, sensações, observações.

Como recomendam as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, essa documentação pedagógica, precisa ser compartilhada com as famílias para que elas possam acompanhar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, bem como conhecerem o trabalho da própria instituição podendo inclusive às famílias, darem continuidade a esse processo em casa.

Nesse contexto, todos os professores são desafiados a serem pesquisadores, investigadores, profissionais que percebem ter em suas instituições, verdadeiros laboratórios de pesquisas, que permitem a compreensão e ampliação dos debates em relação às teorias já existentes sobre as crianças. Esse processo começa com o trabalho individual de cada professor e que pode se tornar um processo coletivo de construção de saberes, quando toda comunidade escolar (criança, família e educadores) se dispõe ao debate, compartilhando registros, ideias, experiências e descobertas.

³Palestra proferida pela Dra. IVONE GARCIA BARBOSA durante o IV Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação Infantil (18/11/2015), Senador Canedo.



759

Considerações finais

Os estudos sobre avaliação ainda preocupam muitos profissionais, pois quanto mais se debate esse tema, mais percebemos a necessidade de reflexão, transformação e articulação do planejamento educacional. Tal fato desestabiliza muitas práticas já consolidadas que precisam urgentemente de mudança. Quanto mais aprimoramento profissional, mais cresce a necessidade de repensar e (re) significar nossa prática para realizarmos um trabalho de qualidade.

Por esse viés, espera-se que o professor, tenha um olhar atento, interpretativo e investigativo, garantindo uma avaliação segura do grupo que está sob sua responsabilidade. Almeja-se também, uma atenção especial a cada criança, e uma autoanálise de seu trabalho, cuja reflexão possibilite a transformação de sua prática pedagógica, como o objetivo de estabelecer relações de respeito a essa etapa vivida pelas crianças nas instituições infantis.

Nessa perspectiva de pensar o portfólio como um instrumento colaborativo, a ser organizado e construído no decorrer do processo educacional por todos os envolvidos – inclusive pelas próprias crianças que, ao serem estimuladas a se autoavaliarem, desenvolvem a sua própria autonomia. Tal documento aponta as diversas possibilidades e desafios na trajetória educacional a qual as crianças estão inseridas. Um verdadeiro convite à reflexão e ao diálogo sobre as ações e contribuições da comunidade escolar nesse processo de ensino e aprendizagem.

Referências

BARBOSA, Ivone Garcia. Anotações. **Palestra ministrada no IV Encontro Estadual de Educação Infantil**. Tema: A Educação Infantil: Construção de políticas públicas e contexto nacional e local, Senador Canedo, 17 e 18 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n. 9.394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.



760

_____. **Lei 4024/61 de 11 de agosto de 1971**– LDB: Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

_____. **Lei 5692/71 de 20 de dezembro de 1961** – LDB: Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para Promover: as setas do caminho**. 15ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

_____. Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro avaliar depois**. 4ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 37ª Ed. Porto Alegre. Mediação. 2006.

_____. Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 10. 760d. Porto Alegre: Mediação, 1996.

LIMONTA, Maria Gisella, **Didática e práticas de ensino – texto e contexto em diferentes áreas do conhecimento**. Goiânia: CEPED/ PUC, 2011; p. 133-149.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Orgs.) 5ª Ed. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012.